



Workshop
**Políticas e Práticas Socioambientais
nas Instituições Financeiras**

São Paulo, 1º de dezembro de 2011



BANCO CENTRAL DO BRASIL

UNIETHOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. APRESENTAÇÕES INAUGURAIS	
1.1. Sustentabilidade no sistema financeiro	5
1.2. Políticas e práticas socioambientais no Sistema Financeiro Nacional e Internacional	7
1.2.1. Sistema Financeiro Nacional	8
1.2.2. Sistema Financeiro Internacional	11
2. RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS	
2.1. A visão dos grandes bancos	13
2.2. A visão dos bancos médios e pequenos	15
2.3. A visão das instituições de <i>leasing</i> , consórcios e financeiras	16
2.4. A visão dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento	17
2.5. A visão das cooperativas de crédito e bancos cooperativos	18
3. CONCLUSÃO	19
4. ANEXOS	
4.1. Fotos do evento	20
4.2. Composição das salas	22
4.3. Lista de participantes	23

APRESENTAÇÃO

O *workshop* Políticas e Práticas Socioambientais nas Instituições Financeiras, realizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), em parceria com a Uniethos, ocorreu no escopo do Projeto Corporativo Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeiro - sob a coordenação do Departamento de Normas. O projeto, desenvolvido pelo BCB, tem o objetivo de estabelecer padrões de melhores práticas socioambientais para as instituições autorizadas a funcionar por essa autarquia.

Nesse evento, o BCB contou com a parceria e o apoio técnico da Uniethos, que vem acompanhando as ações de sustentabilidade do sistema financeiro.

O *workshop* ocorreu em 1º de dezembro de 2011, das 12h às 18h, nas instalações do BCB, em São Paulo (SP), e contou com a participação de 24 servidores do BCB e 55 representantes de 42 instituições financeiras, associações, órgãos governamentais, instituições de pesquisa e Organizações não Governamentais (ONGs). Entre os participantes, estavam diretores de instituições, gerentes, consultores, representantes jurídicos, entre outros cargos de relevância na tomada de decisões das instituições.

A abertura dos trabalhos foi feita pela Sra. Elvira Cruvinel, consultora do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do BCB (Denor), na área de responsabilidade socioambiental, em substituição ao Sr. Luiz Pereira, Diretor de Regulação do Sistema Financeiro.

Em seguida, o Sr. Reginaldo Magalhães, representante da Uniethos, fez uma apresentação sobre a evolução da sustentabilidade nas instituições financeiras. Na sequência, a Sra. Maria de Fatima Tosini, servidora do BCB, apresentou os resultados da pesquisa sobre ações socioambientais nos sistemas financeiros nacional e internacional, no âmbito do Projeto Corporativo Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeiro.

Após essas apresentações, os participantes foram separados em cinco salas de discussão: Grandes Bancos; Bancos Médios e Pequenos; Financeiras, *Leasing* e Consórcios; Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento; Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos. Em cada sala havia um facilitador e um relator do BCB e um consultor da Uniethos. A dinâmica teve a seguinte sequência:

- Abertura, com o facilitador do BCB
- Introdução sobre a Responsabilidade Socioambiental das instituições financeiras, com o consultor da Uniethos
- Debate:

- Avanços e limites das políticas e práticas socioambientais do segmento;
- padrões mínimos para políticas e práticas socioambientais;
- papel das instituições financeiras, das associações e do BCB para o avanço da sustentabilidade no sistema financeiro.

Por fim, todos os participantes voltaram a se reunir no auditório, em que o facilitador ou o relator de cada um dos grupos apresentou os resultados das discussões, salientando as questões mais relevantes levantadas sobre: Gestão da Sustentabilidade; Gerenciamento de Risco Socioambiental; Sustentabilidade nos Negócios; e os desafios e os papéis das instituições, das associações e do BCB.

Após apresentação dos resultados seguiu-se um debate, em que alguns participantes agradeceram a iniciativa do BCB em promover um encontro para discussão do tema, salientando que, em caso de eventual regulação, o BCB deveria considerar as particularidades de cada segmento.

No encerramento, o Sr. Sergio Odilon, chefe do Denor, agradeceu a presença de todos e falou sobre a possibilidade de o BCB editar um normativo com vistas a estabelecer um padrão mínimo de práticas socioambientais em todas as instituições reguladas por essa autarquia. Ressaltou a importância dessa interlocução com os *stakeholders* para maior efetividade da norma e disse que espera poder contar com todos em novos eventos.

Em seguida, a Sra. Maria de Fátima Tosini comentou sobre o curso de avaliação de risco socioambiental em instituições financeiras ministrado, na véspera, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Iniciativa Financeira (UNEP FI) para servidores do BCB e apresentou a Sra. Careen Abb, responsável pela área de educação da UNEP FI.

A Sra. Careen Abb explicou sobre as atividades que a organização vem desenvolvendo e principalmente sobre o guia, publicado em outubro passado, com base na Declaração de Compromissos das Instituições Financeiras para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de ajudar os membros da UNEP FI a entenderem e adotarem os compromissos declarados.

Este relatório está dividido em três partes, além desta apresentação. A primeira contém resumo dos principais pontos apresentados nas duas palestras inaugurais – BCB e Uniethos –; a segunda parte contém resumo dos resultados das discussões de cada grupo; e, a última parte, traz conclusão sobre o evento. No anexo, encontram-se a programação do evento, fotos das salas de discussão, a distribuição dos grupos e a lista dos participantes.

1. APRESENTAÇÕES INAUGURAIS

1.1 Sustentabilidade no sistema financeiro

Reginaldo Sales Magalhães

Padrões internacionais de sustentabilidade para as instituições financeiras estão sendo desenvolvidos nos últimos vinte anos. Esses padrões estabelecem compromissos das instituições financeiras com a sustentabilidade, definem padrões para análises de riscos socioambientais, para relatórios de sustentabilidade, para controle de riscos de corrupção, padrões de investimento, de divulgação de emissões de carbono e de políticas para o clima.

O Brasil foi um dos primeiros países a desenvolver um conjunto de princípios de sustentabilidade que busca reunir os principais padrões internacionais para as instituições que operam no país, o Protocolo Verde. Além disso, o Brasil é um dos países com maior número de instituições signatárias de padrões internacionais de sustentabilidade. Grandes bancos brasileiros são também referências reconhecidas internacionalmente em sustentabilidade.

Tabela 1 – Incorporação da sustentabilidade nas instituições financeiras que operam no Brasil

Tipo de Instituição	Número total	Instituições com Políticas de Sustentabilidade	Instituições com Relatórios de Sustentabilidade
Bancos grandes	10	8	8
Bancos médios e pequenos	128	16	9
Bancos de Desenvolvimento	4	3	2
Bancos de Investimento	14	5	3
Agências de Fomento	16	0	0
Centrais de Cooperativas de Crédito	38	0	0
Total	210	32	22

Fontes: BCB e relatórios das instituições financeiras. Elaborado por Reginaldo Magalhães

Apesar desses importantes avanços, a sustentabilidade no sistema financeiro está ainda limitada a um pequeno número de instituições. Na maioria dos grandes bancos e dos bancos de desenvolvimento, a sustentabilidade vem sendo incorporada em suas políticas e processos, porém apenas 12% dos bancos médios e pequenos e 35% dos bancos de investimento possuem políticas de sustentabilidade. Nas cooperativas de crédito e nas agências de fomento, o tema está em processo de desenvolvimento e essas instituições ainda não possuem políticas formais de sustentabilidade. A divulgação de

informações sobre políticas de sustentabilidade também é, ainda, restrita a pequeno número de instituições. Apenas 22 das 210 possuem relatórios de sustentabilidade.

Numa análise mais detalhada das políticas de sustentabilidade dos bancos, foram pesquisadas as ações específicas, como gestão de riscos socioambientais, produtos financeiros para sustentabilidade, governança, programas de educação, relacionamento com clientes e políticas relacionadas ao clima. A conclusão dessa análise é que apenas 8% das instituições financeiras no Brasil possuem políticas bem estruturadas de sustentabilidade.

Uma das formas de disseminar e consolidar a sustentabilidade no sistema financeiro é via uma atuação mais ativa do BCB. Em vários países, os bancos centrais estão assumindo um papel ativo em regulamentar ou incentivar a incorporação da sustentabilidade nos sistemas financeiros dos seus países. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou regulações a respeito e o BCB começa agora um trabalho de orientação das instituições financeiras para iniciar o debate, promover o aprendizado e a sustentabilidade para todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

No SFN, as instituições podem ser classificadas em três grandes grupos. Um pequeno grupo de bancos líderes adota a sustentabilidade com uma abordagem estratégica que fortalece a capacidade competitiva. Um grupo de instituições está numa fase intermediária de incorporação da sustentabilidade, adota uma abordagem gerencial e tem um foco prioritário na gestão do risco. A maioria das instituições está, ainda, numa fase inicial, na qual existe a consciência da importância da sustentabilidade para as instituições financeiras, mas é preciso formular e implementar políticas e processos de gestão sustentáveis. Tanto o BCB como os bancos líderes têm um papel importante em colaborar para a disseminação e consolidação da sustentabilidade em todo o sistema financeiro brasileiro.

1.2 Políticas e práticas socioambientais no Sistema Financeiro Nacional e Internacional

Maria de Fátima Tosini

O BCB, como órgão regulador e supervisor, tem como missão assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente, o que implica em ser um sistema que promova o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental. Desse modo, o BCB incorpora a sustentabilidade social e ambiental em sua missão ao colocar no seu planejamento estratégico a Responsabilidade Social como um de seus valores.

Dada a crescente relevância do tema no SFN, em meados de 2010, a Diretoria Colegiada do BCB criou uma área no Denor para tratar dos assuntos relacionados à responsabilidade socioambiental do SFN e da inclusão financeira da população, por entender que é seu papel assegurar um sistema financeiro que contribua para o desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, em dezembro, o BCB e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) assinaram Acordo de Cooperação Técnica com vistas ao desenvolvimento de medidas que permitam acompanhar as ações socioambientais pelas instituições financeiras signatárias do Protocolo Verde.

Com o objetivo de dar consecução prática a esse Acordo de Cooperação Técnica e desenvolver ações que contribuíssem na construção de sistema financeiro sustentável, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, entendeu-se que, preliminarmente, seria necessário estabelecer um padrão de boas práticas de RSA para as instituições financeiras reguladas pelo BCB. Para isso, foi implementado o projeto Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeiro (RSA do SF), aprovado pelo Comitê de Projetos Corporativos (CPC), ainda em 2010.

Uma das primeiras atividades do projeto RSA foi conhecer as práticas socioambientais nos sistemas financeiros nacional e internacional, buscando identificar as melhores práticas socioambientais adotadas pelas instituições financeiras pesquisadas. Para o sistema nacional, a equipe realizou: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa nos sítios eletrônicos de instituições financeiras; relatórios sociais e de sustentabilidade; e pesquisas de campo. Quanto à pesquisa de campo, foram realizadas visitas/entrevistas em nove instituições: dois bancos públicos, dois bancos privados nacionais, três bancos privados de capital estrangeiro, uma agência de fomento e um banco de desenvolvimento. O critério de escolha para visita foi o porte das instituições e suas práticas socioambientais divulgadas.

O resultado da pesquisa foi sistematizado num relatório, em que foram analisados os seguintes pontos:

- políticas e práticas de RSA;
- estrutura de governança;
- desenvolvimento de produtos com adicionalidades socioambientais;
- políticas de gerenciamento de riscos socioambientais.

Os quadros a seguir mostram os principais resultados da pesquisa baseados na análise das quatro maiores instituições, em termos de ativos totais, de cada segmento – bancos públicos, bancos privados nacionais, bancos privados de capital estrangeiro e bancos de desenvolvimento. No caso das cooperativas de crédito e bancos cooperativos, os resultados apresentados são baseados na pesquisa dos sites eletrônicos e das publicações dos quatro sistemas cooperativos – Unicred, Sicredi, Sicoob e Ancosol. Em relação às agências de fomento, os resultados se baseiam na pesquisa dos sites eletrônicos e das publicações de todas as agências. Os quadros mostram os avanços e desafios identificados em cada segmento do sistema financeiro nacional para os temas analisados.

Em relação ao Sistema Financeiro Internacional, há um resumo sobre os aspectos mais relevantes identificados na pesquisa.

1.2.1 Sistema Financeiro Nacional

Bancos públicos

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	Os bancos pesquisados possuem políticas de RSA	Institucionalizar e divulgar as políticas de RSA
Governança	Existe estrutura de governança nas grandes instituições	Trabalhar na definição de funções e melhorar as estruturas operacionais Ampliar a transparência das ações e o engajamento com <i>stakeholder</i>
Produtos	Há oferta de produtos com adicionalidades socioambientais, alinhados às políticas públicas Existem programas especiais de incentivo a boas práticas socioambientais, com recursos de fundos do governo	Melhorar transparência quanto ao volume de financiamento e sua representatividade em relação aos demais produtos Diversificar a oferta de produtos para além de crédito
Gerenciamento de risco	Existe política de gerenciamento de risco socioambiental com foco nos Princípios do Equador.	Ampliar o escopo da avaliação de risco socioambiental para os demais negócios e para operações de menor valor

Bancos privados nacionais

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	<p>Maior conscientização sobre o tema</p> <p>Mapeamento dos resultados de encontros com os stakeholders</p> <p>Metas e indicadores específicos para as ações de Ecoeficiência</p>	<p>Formalizar as políticas de RSA em documento específico</p> <p>Estabelecer mecanismos mais efetivos de acompanhamento das políticas de RSA</p>
Governança	<p>Existência de Comitês de Sustentabilidade compostos por membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos</p>	<p>Disseminar, para outras instituições, a instalação de estrutura de governança de RSA</p>
Produtos	<p>Diversidade de produtos com adicionalidades socioambientais</p> <p>Linhas de financiamento e fundos mútuos de investimento socialmente responsável</p>	<p>Especificar diferenciais em termos de prazo e taxa de juros</p> <p>Disponibilizar mais informações sobre as linhas de financiamento na área ambiental</p>
Gerenciamento de risco	<p>Algumas instituições com governança bem estruturada para política de gerenciamento do risco socioambiental</p> <p>Existência de equipes especializadas e multidisciplinares</p>	<p>Desenvolver políticas setoriais com critérios socioambientais previamente estabelecidos</p> <p>Adotar modelo de classificação de risco</p>

Bancos privados de capital estrangeiro

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	<p>Adoção de práticas de sustentabilidade institucionalizada com metas e diretrizes</p> <p>Maior participação dos <i>stakeholders</i> na elaboração de políticas</p>	<p>Estabelecer mecanismos mais efetivos de acompanhamento das políticas de RSA</p>
Governança	<p>Existência de Comitês de Sustentabilidade compostos por membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos</p>	<p>Disseminar, para outras instituições, a instalação de estrutura de governança de RSA</p>
Produtos	<p>Linhas específicas para financiamento com adicionalidade socioambiental.</p> <p>Produtos ligados a investimento e cartões de crédito</p>	<p>Aumentar a transparência sobre condições favoráveis e sobre a representatividade em relação a outros produtos</p>
Gerenciamento de risco	<p>Política de Gerenciamento de Risco sujeita à auditoria interna</p> <p>Utilização de consultoria, auditoria independente ou assessoria técnica para auxílio nas avaliações de risco</p>	<p>Ampliar o escopo da avaliação de risco socioambiental para os demais negócios e para operações de menor valor</p>

Bancos de desenvolvimento

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	Todas as instituições manifestam preocupação com a sustentabilidade	Formalizar política e melhorar os sistemas de avaliação e monitoramento Intensificar engajamento com <i>stakeholders</i>
Governança	Existem IF com áreas específicas para a sustentabilidade	Definir melhor a estrutura de governança para implementação e monitoramento da política Melhorar a transparência das ações (publicação de relatório de sustentabilidade)
Produtos	Existem produtos com condições diferenciadas e fundos e linhas de financiamento com adicionalidades socioambientais	Melhorar transparência quanto ao volume de financiamento e à representatividade em relação aos demais produtos
Gerenciamento de risco	Exige-se licença socioambiental Avalia-se projeto e cliente Existe lista de exclusão Realiza-se monitoramento na vigência do contrato	Criar sistema de classificação de risco Ampliar política de gerenciamento de risco para as demais IFs

Agências de fomento

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	Preocupação socioambiental declarada	Adotar políticas de RSA
Governança		Criar estrutura de governança e operacional para RSA
Produtos	Algumas IFs repassam produtos do BNDES com adicionalidade socioambiental Algumas desenvolveram produtos próprios voltados para mitigação das mudanças climáticas	Criar produtos com adicionalidade socioambiental adequados às características regionais
Gerenciamento de risco		Criar e implementar política de gerenciamento de risco socioambiental

Cooperativas de crédito

	Avanços	Desafios
Políticas de RSA	O tema começa a fazer parte da agenda do segmento Alguns eventos recentes tiveram como tema central a sustentabilidade	Criar e implementar política de sustentabilidade nas IFs, com apoio e orientação das federações e centrais
Governança		Estabelecer estrutura de governança que possibilite a implementação da política e seu monitoramento pelo público interno e externo
Produtos	Algumas instituições oferecem produtos com adicionalidade social	Fornecer produtos com adicionalidade socioambiental para seus associados como forma de incentivo à adoção de boas práticas socioambientais
Gerenciamento de risco		Adotar avaliação de risco socioambiental em seus negócios

1.2.2 Sistema Financeiro Internacional

Entre os países pesquisados, os avanços observados na legislação para o sistema financeiro estão na China (“Política do Crédito Verde” – restringe o crédito para empresas presentes na “lista negra de crédito” do Ministério de Proteção Ambiental) e em Bangladesh (edição de guia para risco de crédito: *Environmental Risk Management (ERM) Guidelines for Banks and Financial Institutions in Bangladesh*).

Em políticas públicas, na China existem incentivos fiscais para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono (Política de Investimentos Verdes). Na Europa também há incentivos para a criação de produtos com adicionalidades ambientais, como: poupança sustentável na França; hipotecas verdes na Inglaterra; fundos verdes de ações na Holanda; incentivos fiscais para carros com baixa emissão de carbono na Bélgica; entre outros. Destaca-se, na Inglaterra, a criação do *Green Investment Bank*, banco de desenvolvimento dedicado ao fomento da economia verde.

Com relação à política de gerenciamento de risco, a Indonésia possui regulamentação específica sobre os critérios de classificação da qualidade do crédito desde 2005. Ela está associada a programas governamentais de avaliação das empresas,

como o PROPER (*Business Environmental Performance Rating*), que acompanha a *performance* ambiental das indústrias com um código de cores e divulga essa avaliação para a população.

A pesquisa sobre as práticas socioambientais no sistema financeiro permite concluir que a consolidação do tema no setor tem sido liderada pelo segmento bancário e que os avanços observados em termos de práticas e compromissos com a sustentabilidade têm correlação direta com o porte das instituições. Impulsionadas pela cobrança da sociedade, do governo e de órgãos ambientais, as instituições financeiras encontram-se em um processo de conscientização em relação aos impactos socioambientais diretos e indiretos relacionados à suas atividades e do risco que eles representam para a sociedade e seus próprios negócios.

2. RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS

Padrões mínimos de sustentabilidade e o papel das instituições

As instituições financeiras presentes no *workshop* reuniram-se em grupos específicos por tipo de instituição (bancos grandes, bancos médios e pequenos, bancos de desenvolvimento e agências de fomento, *leasings*, consórcios, financeiras e sociedades de microcrédito, e cooperativas de crédito) para discutir sobre padrões mínimos de sustentabilidade para cada segmento e sobre o papel do BCB, das associações setoriais e das instituições no desenvolvimento da sustentabilidade no sistema financeiro.

2.1 A visão dos grandes bancos

Existem avanços importantes nesse segmento, como o uso do padrão GRI (*Global Reporting Initiative*) pela maioria dos bancos para os relatórios de sustentabilidade. Outro avanço comentado é o uso da Matriz de Indicadores do Protocolo Verde, desenvolvido pela Febraban com apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas.

O grupo dos grandes bancos identificou também alguns desafios para o desenvolvimento da sustentabilidade nas instituições financeiras. O primeiro deles é a indefinição jurídica quanto ao limite da responsabilidade dos bancos pelos possíveis impactos sociais ou ambientais em seus financiamentos.

Outra grande preocupação apresentada foi quanto à alocação de capital, conforme as disposições da Circular nº 3.547, de 07 de julho de 2011, que estabelece procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP). Considerando não haver modelos quantitativos de riscos que incorporem as questões de sustentabilidade, a preocupação reside em como fazer provisionamento de perdas de risco socioambiental. Neste ponto, embora tenha sido esclarecido que a norma não pretende instituir a obrigatoriedade de quantificar e contabilizar a parcela desse risco, mas demonstrar como as instituições financeiras consideram o risco da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades em seus modelos (quantificando-os, quando for possível), os procedimentos previstos na regulamentação permanecem sendo impactados pelas incertezas jurídicas inerentes ao assunto.

Nesse mesmo contexto, um desafio é a expansão da aplicação dos critérios socioambientais para negócios de menor valor. A falta de informações públicas padronizadas e legalmente reconhecidas para que os bancos possam verificar possíveis irregularidades sociais e ambientais dos clientes dificulta a avaliação de riscos, principalmente nos médios e pequenos negócios. A falta de informações exige grande volume de verificações e eleva os custos dos bancos.

Outra questão apontada foi a existência de diferentes demandas impostas pelos diversos padrões de sustentabilidade, como produção de relatórios e outros procedimentos, que também elevam os custos de observância e reduzem a eficiência da gestão dos bancos.

Os bancos públicos salientaram que a rigidez da Lei de Licitações (Lei nº 8.666, de 21/06/1993) dificulta a incorporação de alguns aspectos da política de sustentabilidade, como o uso de critérios socioambientais para seleção de fornecedores de produtos e serviços.

A existência de produtos sustentáveis é considerada um problema para alguns bancos devido à existência de dilemas entre as áreas comerciais e de sustentabilidade, principalmente devido a não existência de estímulos financeiros para a venda de produtos sustentáveis. Outro problema é rotular certos produtos como sustentáveis, porque o resto da carteira fica com a imagem de não sustentável, gerando questionamento por parte do cliente.

Sobre o papel do BCB, o grupo dos grandes bancos considera que essa autarquia deveria atuar mais como orientador do que normatizar. O BCB teria, também, um papel junto ao governo para a criação ou ampliação de bases de dados sobre informações socioambientais das empresas. Além disso, o BCB poderia ser um agente de promoção do debate sobre um marco jurídico que defina mais claramente os limites da responsabilização direta e indireta das instituições financeiras sobre impactos sociais e ambientais gerados por cliente ou projetos financiados.

Um papel importante que precisa ser fortalecido nos bancos é o cuidado com os riscos dos clientes, buscando adotar padrões de *suitability* no relacionamento e na venda de produtos financeiros. Além disso, os bancos podem ser agentes de indução e de mudança do contexto social e econômico onde estão inseridos, com a finalidade de reduzir riscos e ampliar as condições para o fortalecimento de negócios sustentáveis.

2.2 A visão dos bancos médios e pequenos

Uma das maiores dificuldades para essas instituições é o custo de transação para a verificação dos riscos socioambientais, principalmente considerando que são bancos que operam com negócios de menor porte unitário. A necessidade de informações consolidadas, simétricas e atualizadas é fundamental para a redução dos custos e para ampliar a efetividade das avaliações de riscos socioambientais.

Com relação à política de RSA, há a necessidade de sua implementação em todas as instituições financeiras, independente do porte, e deve ser introduzida na organização pelo sistema *up-down*, ou seja, a partir do alto comando.

A política de RSA precisaria ter ampla divulgação interna para que funcionasse e não tivesse assimetrias de informação; todavia, a maioria dos presentes não aprovou a ideia da obrigatoriedade de divulgação externa da política de RSA via balanços, notas explicativas ou *websites*, devido ao porte das entidades. A discussão da formulação dessa política com os funcionários também foi considerada fundamental.

Em relação às práticas de ecoeficiência, considerando que cada banco tem sua característica, o grupo considerou que não deveria haver regulamentação para esse tema, e sim sugestões de boas práticas.

Sobre produtos com adicionalidades socioambientais, nos bancos médios e pequenos, a criação de produtos depende muito da área de *marketing* e comercial. Além disso, existem dificuldades em relação aos custos de captação, inviabilizando a oferta de produtos em condições favoráveis em termos de prazo e taxas de juros.

Criar estruturas de governança e áreas específicas para sustentabilidade também foi considerado um processo limitado devido às restrições econômicas para esse grupo de bancos.

Os bancos médios e pequenos veem o BCB como um agente de mobilização. Sobre a ação de monitoramento pelo BCB deveria se restringir à exigência da conformidade legal em relação às questões socioambientais a fim de mitigar os riscos, mas procurando também incentivar a aplicação de boas práticas, com produção de guias, organização de eventos e premiação das melhores práticas.

2.3 A visão das instituições de *leasing*, consórcios e financeiras

Nas operações de *leasing*, o risco socioambiental é analisado apenas em situações em que implica risco de crédito considerável, mas há uma preocupação de todas as empresas com os riscos reputacionais. Devido a essa característica, a análise socioambiental é normalmente realizada, mas de modo subjetivo por parte desse grupo de instituições financeiras. O desenvolvimento de sistemas de informação públicos sobre as empresas facilitaria a análise dos riscos socioambientais nessas instituições. A adoção de produtos com adicionalidades socioambientais depende da existência de incentivos públicos, como redução de impostos.

Para avançar na gestão da sustentabilidade, um dos passos mais importantes é a capacitação dos funcionários das instituições financeiras, principalmente para ampliar a capacidade de avaliação de riscos.

Em relação à avaliação de risco, o grupo entende que o aspecto central é a transparência uma vez aumenta a segurança nos negócios e não aumenta os custos para as empresas. Conhecer melhor os clientes é essencial para as instituições desse segmento, além de acompanhar o grau de endividamento dos clientes, estimular o consumo e o crédito consciente tendo em vista a importância de redução da inadimplência.

Para esse grupo de instituições, o BCB deveria criar normas específicas de responsabilidade socioambiental para cada setor, exigir a produção de relatórios e divulgar a importância da sustentabilidade para toda a sociedade. As associações deveriam promover programas de capacitação para preparar as instituições para o cumprimento de normas socioambientais.

2.4 A visão dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento

Tendo em vista que a maioria das instituições desse grupo opera com negócios de pequeno valor, especialmente as agências de fomento, esse grupo de instituições considerou que os custos para adoção de políticas socioambientais é a maior restrição. Por isso, normas e critérios socioambientais para financiamentos devem ser adequados ao porte de cada instituição e ao volume de financiamento, bem como levar em conta as diferenças regionais. No entanto, várias instituições já possuem iniciativas específicas voltadas para inclusão social e/ou desenvolvimento territorial.

De acordo com alguns participantes, a inserção do corpo diretivo de cada instituição nas discussões sobre sustentabilidade é fundamental para avançar sobre o tema, do contrário, as práticas existentes permanecem, mas não há evolução na institucionalização da política. A discussão sobre o conceito de RSA para o sistema financeiro é importante para uniformizar a visão e as políticas das instituições.

Para esse segmento, o BCB e o governo devem ter um papel ativo, sobretudo no direcionamento, na articulação e na capacitação. Ademais, há necessidade de aproximação entre as instituições ali representadas e as agências ambientais estaduais, para alinhamento de políticas e redução de assimetria de informação.

A maioria do grupo concordou sobre a importância de que, caso o BCB venha a regular o tema, que se estabeleçam normas diferenciadas, proporcionais ao porte, ao modelo de negócios e ao público-alvo de cada instituição. Ressaltou-se que a diferenciação de normas por segmento seria benéfica também em termos de inclusão financeira, pois o acesso dos pequenos é dificultado por se exigir deles o mesmo que se exige dos grandes.

As agências de fomento e os bancos regionais operam principalmente com as políticas públicas estaduais. É, portanto, fundamental a criação de políticas públicas estaduais para a sustentabilidade e para a disseminação da importância do tema na sociedade para que as instituições desse segmento possam avançar em políticas de sustentabilidade. O governo deve disponibilizar informações ambientais e sociais sobre as empresas, como é feito com a lista suja do trabalho escravo.

2.5 A visão das cooperativas de crédito e bancos cooperativos

As cooperativas de crédito possuem várias iniciativas relacionadas à sustentabilidade e os princípios do cooperativismo são muito alinhados com os princípios da sustentabilidade, mas faltam ainda políticas formais e integradas de sustentabilidade, como as criadas e divulgadas pelas demais instituições financeiras.

O grupo de cooperativas de crédito acredita que é necessário dar mais visibilidade às ações já em andamento e promover maior coordenação sobre o tema no segmento. Os sistemas de cooperativas de crédito são bastante heterogêneos, devem possuir políticas de sustentabilidade institucionalizadas, mas é muito importante ter canais fortes de comunicação com os associados para se levantar oportunidades e necessidades específicas de políticas de responsabilidade socioambiental.

A ação do Estado é muito importante para esse segmento, pois a existência de incentivos e recursos, principalmente para produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis, é muito importante para as cooperativas de crédito rural. O envolvimento de órgãos de pesquisa é também importante para o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade na produção, assim como a criação de indicadores de sustentabilidade para o monitoramento das realidades regionais.

Para o grupo, o BCB tem o importante papel de sensibilizar, engajar e capacitar as lideranças do sistema cooperativista. Foi sugerida a criação de um selo verde baseado em padrões mínimos de sustentabilidade para avaliar e incentivar práticas inovadoras de sustentabilidade nas instituições financeiras, assim como promover maior visibilidade e reconhecimento para as instituições que se destaquem.

Considerando que 2012 é o ano do cooperativismo, e ano da Conferência Rio + 20, essa é ótima oportunidade para incluir a sustentabilidade como tema de destaque nos eventos do cooperativismo. As cooperativas precisam dar maior visibilidade às suas ações em sustentabilidade e começar a produzir relatórios de sustentabilidade, assim como medir os resultados das suas políticas. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o apoio do BCB, deve ter um papel de liderança na definição e divulgação de padrões mínimos de sustentabilidade para o cooperativismo.

3. CONCLUSÃO

A receptividade ao *workshop* atendeu às expectativas, pelo envolvimento dos participantes no debate e pela posição que ocupam em suas instituições, demonstrando o elevado interesse que o tema tem para o sistema financeiro.

Os resultados foram muito produtivos e a maioria corroborou os resultados da pesquisa feita pela equipe do projeto RSA, de que alguns segmentos estão mais avançados em relação à adoção de práticas socioambientais.

Algumas sugestões recebidas contribuíram para repensar o formato de futuros *workshops*, mostrando a necessidade de discussões mais específicas para cada segmento e com maior profundidade. Dentre elas estão: aumentar o tempo de discussão para cada tópico; separar as instituições financeiras de acordo com sua área de atuação; convidar as instituições mais avançadas em práticas socioambientais a compartilhar sua *expertise* com as demais. Para os próximos eventos, essas questões serão trabalhadas para que se chegue a resultados ainda mais produtivos.

Com relação ao papel do Banco Central, de forma geral, as instituições participantes consideram que o BCB deve atuar como *advisor* e indutor no processo de implementação de boas práticas socioambientais nas instituições financeiras. Uma contribuição do BCB para a evolução da sustentabilidade no SFN seria incentivando e fortalecendo iniciativas inovadoras das instituições, dando mais visibilidade e reconhecimento às instituições que são social e ambientalmente responsáveis; produzindo guias; organizando eventos; e premiando as melhores práticas.

Quanto ao papel das instituições financeiras, a conclusão é de que as questões de RSA devem ser discutidas pela alta administração da instituição para que as políticas sejam efetivas e que sejam desenvolvidas ferramentas para implementação do monitoramento das políticas. Foi enfatizado também que a adoção de produtos com adicionalidades socioambientais depende de incentivos fiscais.

Em relação ao papel das associações, houve consenso de que essas instituições devem exercer papel de liderança no processo, especialmente na disseminação de conhecimento no segmento, organizando capacitação e troca de experiências.

Ademais, há necessidade de aproximação entre as agências ambientais estaduais, para alinhamento de políticas e redução de assimetria de informação. É, sem dúvida, necessário o desenvolvimento de sistemas de informação públicos sobre as empresas para facilitar a análise dos riscos socioambientais pelas instituições.

Desse modo o BCB deve continuar promovendo eventos dessa natureza para discutir o tema com o mercado, bem como estabelecer parcerias tanto com demais órgãos do governo quanto com as associações para ajudar no processo de adoção de boas práticas socioambientais pelas instituições financeiras.

4. ANEXOS

4.1 Fotos do evento

Salas de Debate



Sala 1 – Grandes Bancos



Sala 2 – Bancos Médios



Sala 3 – *Leasing*, consórcios, financeiras e sociedades de microcrédito



Sala 4 – Bancos de desenvolvimento e agências de fomento



Sala 5 – Bancos cooperativos e cooperativas de crédito

Encerramento



Maria de Fátima Tosini (BCB)



Reginaldo Magalhães (Uniethos)



Caren Abb (UNEP FI)



Sergio Odilon (BCB)

4.2 Composição das Salas

Sala 1: Grandes Bancos

Entidade	Quantidade
Banco Central	7
Santander	4
Itaú Unibanco	2
Banco do Brasil	2
Bradesco	2
CAIXA Federal	1
Uniethos	1
Febraban	1
WWF	1
Total	21

Sala 2: Bancos Médios

Entidade	Quantidade
BCB	4
ABBC	2
Banco Cacique	1
BTG Pactual	1
Banco Industrial	1
MMA	1
Banco ABC	1
Uniethos	1
BASA	1
Credit Suisse	1
Tribanco	1
Total	15

Sala 3: Leasing, Consórcios, Financeiras e Soc. de Microcrédito

Entidade	Quantidade
BCB	4
Abel Leasing	1
Acrefi	1
Ministério da Fazenda	1
Uniethos	1
FGV	1
Total	9

Sala 4: Bancos de Desenvolvimento e agências de fomento

Entidade	Quantidade
BCB	4
Nossa Caixa	2
UNEP FI	1
ABDE	2
Desenbahia	1
BANDES	1
BRDE	1
BADESUL	1
Investe Rio	1
Uniethos	1
Total	15

Sala 5: Bancos Cooperativos e Cooperativas de Crédito

Entidade	Quantidade
BCB	4
Sicoob	1
Ancosol	1
Central Cresol	1
Cresol Baser	1
Bancoob	1
Unicred	1
Crediamo	1
Sicredi	1
OCB	1
Uniethos	1
WWF	1
Total	15

4.3 Lista dos Participantes

Nome	Instituição
Alexandre Matte Caletti	BCB
Ana Luiza Oliveira Champloni	Ministério da Fazenda
Ana Maria Silva Geraldi	Nossa Caixa Desenvolvimento
Adalberto Vieira Costa	BCB
Andrea Hollerback Athayde	Sicoob
Angelica Griesenger	WWF
Annelise Vendramini	WWF
Aparecido Francisco de Salles	BCB
Carren Abb	UNEP FI
Carlos Eduardo Peroba	BCB
Carlos Tafla	Abel
Carlos Tsuyoshi	Bradesco
Carolina Gladyer Rabelo	ABBC
Celia Gabrieli	Acrefi
Christopher Wells	Santander
Ciro Correa	ANCOSOL
Claudio Risson	Cresol Central
Cristiane Viturino Novo	Investe Rio
Cyrille Bellier	Uniethos
Denise Maia	Santander
Eduardo Carlos de Magalhaes Betito	Procuradora Geral do BCB
Eduardo Grell	Banco ABC
Elvira Cruvinel Ferreira Ventura	BCB
Everton Gonçalves	ABBC
Fabiano Coelho	BCB
Fabio Claro Ciombra	BCB
Fernando Prado	BCB
Glauco Leonardo Evangelista	BCB
Graziela Lechi	Uniethos
Gustavo Bastos Soares	BANCOOB
Gustavo Odilon dos Anjos	Ministério do Meio Ambiente
Gustavo Pimentel	Uniethos
Helton Barbosa	FGV
Jair Toshio Naname	BCB
Johannes Vogelaers	Cresol Baser
Jose Luis Barreto	Unicred
Jose Luiz Conrado	Credicoamo
José Paulo Vieira	BCB
Ligia de Souza Neves Lopes	BCB
Linda Murassawa	Santander
Lucas Iten Teixeira	BCB
Lucius Chagas Vital	BCB
Mara de Matteis	Credit Suisse
Marcelo Sampaia Oliveira	Desenbahia

Marcos Brandao	BCB
Marcos Roberto Lima	Bandes
Maressa Bessa	ABDE
Maria de Fatima Cavalcante Tosini	BCB
Maria Eugenia Sosa Taborda	Itau Unibanco
Maria Gabriella Cristóvão Ramos	BCB
Mariana Bordin	Sicredi
Mariana Saraiva Sabbatini Vicente	Nossa Caixa Desenvolvimento
Mario Sergio Vasconcelos	FEBRABAN
Marlene Aparecida Kerber	BRDE
Maurício Elias Chacur	ABDE
Marusa Vasconcelos Freire	PGBC
Myriam Cristina Almeida Rocha	Banco do Brasil
Nelson Marinho de Carvalho	BCB
Paula Buzolin	BCB
Paulo Eucio	Banco Amazonas
Paulo Roberto Evangelista de Lima	Banco do Brasil
Paulo Sérgio Monteiro Castro Aguiar	Itau Unibanco
Renato Wibe	Santander
Reginaldo Sales Magalhães	Uniethos
Roberta Afonso	BCB
Rodrigo Pereira Porto	BCB
Roland Widmer	Uniethos
Rosangela Santos	Banco Cacique
Sandra Berto	BADESUL
Sandra Saito	Bradesco
Sergio Jose de Mesquita Gomes	BCB
Sergio Odilon dos Anjos	BCB
Silvana Mesquita	BTG Pactual
Silvio Cezar Giusti	OCB
Thais Mary B. Melo	CAIXA
Thais Naves Tannus	Tribanco
Thiago Botta Paschoal	Banco Industrial
Victorio Mattarozzi	Uniethos
Wagner Vieira Ramos	BCB